

ECONOMIA POLÍTICA DO CARLISMO: UMA ANÁLISE DO SURGIMENTO DO ATOR POLÍTICO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

Mathias Quaresma de Melo Netto¹; Rosebergue Valverde²; Uyatã Rayra Lopes Ribeiro³

1. Bolsista PET/MEC-SESU, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: mathiasquaresma@gmail.com
2. Tutor PET/MEC-SESU, Docente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: r-valverde@uol.com.br
3. Bolsista PET/MEC-SESU, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: macacomaluco_15@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Carlismo, oligarquia, hegemonia.

INTRODUÇÃO

Tem-se falado muito sobre o Carlismo, entretanto muito pouco é encontrado sobre o que trata o referido tema, como surgiu, quais seus objetivos e suas formas de implementação no Estado. O Carlismo é a versão baiana da modernização conservadora brasileira, e esse tipo de política não desaparecerá de cena enquanto as lideranças conservadoras forem predominantes na Bahia e no Brasil (Dantas Neto, 2007. Carlismo: passado presente e futuro).

Tentar definir o Carlismo a partir de uma análise de sua atuação apenas no Estado da Bahia é cometer um equívoco, pois existem também elementos nacionais que auxiliaram na projeção do Carlismo tanto regionalmente quanto nacionalmente. Entretanto para que alcançasse essa projeção, foram necessárias algumas alianças políticas bem como o controle de algumas instituições governamentais, garantindo dessa forma visibilidade mesmo quando o Carlismo não se encontrava no poder.

Contudo, neste trabalho faz-se necessário o aprofundamento do tema, com o objetivo de responder os problemas vinculados em relação às políticas-econômicas Carlistas e quais frações de classes baianas e nacionais foram beneficiadas e/ou prejudicadas enquanto este grupo se manteve no poder.

Partindo do que foi apresentado, este trabalho é composto por uma explanação sobre a trajetória da economia baiana entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, uma identificação das oligarquias que conseguem se manter no poder mesmo com o declínio do açúcar, no surgimento de ACM enquanto ator político que representa as elites locais e uma expansão do capitalismo no Estado da Bahia, e por último uma conclusão.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para construção deste trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica, buscando elementos em pesquisas, artigos, livros, entre outras fontes, que abordem questões relevantes ao tema.

Portanto, foi realizado uma revisão de literatura para a montagem de um escopo teórico capaz de compreender e conceituar o Carlismo, instituições e hegemonia, pressupostos essenciais para a compreensão de como se conformou esse grupo político no poder e de como o mesmo consegue permanecer como grupo político central na Bahia durante décadas. A partir disso analisamos quais os fragmentos de classe foram beneficiadas a partir das políticas econômicas adotadas, tentando localizar as ações político-econômicas implementadas por tal grupo político desde seu surgimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para podermos compreender o fenômeno do Carlismo na política baiano-nacional não podemos analisar uma série de eventos políticos soltos, nem tampouco observarmos a figura política de Antônio Carlos Magalhães (ACM) de maneira isolada, para isso precisamos compreender uma série de determinações e acontecimentos históricos que antecedem a figura de ACM. Faz-se necessário que voltemos a fatos progressos para contextualizar o Carlismo e entendermos seus desdobramentos.

Dessa forma, o entendimento do cenário político baiano do final do século XIX até o surgimento do ator político ACM é fundamental para podermos perceber as origens do Carlismo e seus desdobramentos. Silva observa que o cenário brasileiro era de expansão das atividades capitalistas de produção, onde as forças do velho e do novo poderio se equilibrariam em soluções intermediárias para conservarem suas relações oligárquicas de poder. Este equilíbrio entre a velha e a nova oligarquia congregou alguns elementos que ajudaram a promover as relações capitalistas de produção com incorporação de alguns hábitos da velha oligarquia.

O que permitiu esse choque entre a velha e a nova oligarquia foi o “enigma baiano” pois

“é uma expressão que se tornou recorrente para referir-se à mudança nas funções produtivas de uma região econômica que outrora contornara o declínio da indústria açucareira com a edificação de um pólo de produção alternativo, de alta envergadura para o contexto, e que se vê acuada, depois dessa experiência, por um longo e vertiginoso declínio, retroagindo de espaço de produção a espaço de circulação” (SILVA, 2007, p.47)

Como podemos observar na passagem a Bahia passava por transformações econômicas no início do século XX, muito pela crise do setor açucareiro, que ao perceber uma mudança de conformação econômica choca-se com a nova ordem produtiva adotada. A única alternativa era o cacau que estava restrito a faixa litorânea do sul do estado, porém alterou-se a conformação política e a mesma fração de classe continuou a gerir a economia produtiva. Essa concentração de investimentos empresariais em áreas emergentes no estado da Bahia acabava por acentuar ainda mais a contradição entre riqueza e pobreza dentro do estado.

Podemos dizer que a partir da análise do enigma baiano, o Carlismo se firma enquanto grupo político que tem suas origens de setores oligárquicos baianos, e que a partir da década de 50 começa a fazer parte do cenário político baiano como porta voz desta mesma oligarquia. Dentro de um processo de renovação das práticas políticas, o Carlismo nasce com um projeto de expansão do capitalismo e com um discurso de modernização para responder a estagnação que o Estado passava naquele momento, bem em outras palavras, podemos dizer que o Carlismo então começava a surgir enquanto possibilidade real de desenvolvimento para a Bahia, pois

“O espaço antes dominado por banqueiros, grandes produtores e exportadores de cacau, latifundiários, entre outros segmentos representantes das oligarquias baianas, passa a ser alvo dos empreendimentos capitalistas, mas incorporando membros daqueles setores tradicionais numa nova dinâmica político-econômica, doravante denominada modernização conservadora. A Bahia, já tensionada pelas condições socioeconômicas díspares, modernizava (substituía) suas relações sociais de produção e realinhava o controle do Estado entre proprietários e altos funcionários de origens sociais diversas (advogados, engenheiros, médicos, agrônomos, militares etc.), concorrendo para proteger os interesses e os ideais das hierarquias dominantes.” (SILVA, 2007, p.56)

Neste ponto é necessário ter muita atenção, pois antes mesmo de ACM adentrar no cenário político da Bahia, o consenso da elite nos termos da modernização liberal já existia, como demonstra a seguinte passagem:

“... entre 1955 e meados da década seguinte formou-se um consenso entre os vários ramos da elite baiana: a modernização conservadora local não seria feita nem apesar, muito menos contra, prioridades e interesses do estado nacional. Logo, o processo de convencimento e sedução das elites baianas pela via pragmática da associação ao que vinha politicamente “de cima” e economicamente do “centro-sul” começa antes de ACM” (DANTAS NETO, 2003, p.218)

A partir desses elementos, percebemos que o discurso liberal na política baiana existe muito antes da figura de ACM chegar ao poder, logo ele não é nem o autor nem tampouco ator independente da política carlista e muito menos do modo carlista de atuar.

Deste modo, ACM se tornar o ator político porta voz de uma fração de classe oligárquica que vem constantemente, desde o século XIX presente no poder, seja ele político e econômico. Isso apenas é possível, pois a conjuntura econômica baiana, como já mencionado, é extremamente adversa, o que permite, que ACM se consolide no poder, a partir da exploração midiática construindo uma imagem de um bom gestor, fortalecendo seu grupo político, fragilizando seus adversários e de investimentos marcantes na paisagem da cidade de Salvador, consolidação do pólo petroquímico, na infra-estrutura da capital e interior, assim como no pólo agrícola do oeste do estado.

CONCLUSÃO

Dessa forma, podemos dizer que o Carlismo não é uma força política apenas oligarquizada, mas se traduz como um movimento político comprometido com uma determinada fração de classe regional e nacional, que para continuar a se reproduzir e se manter no poder, utiliza-se de elementos culturais, ideológicos e políticos. Sendo assim, não é possível pensar em ACM fora do contexto político do Carlismo, mas podemos dizer que o Carlismo vai para além da personificação de Antônio Carlos Magalhães, uma vez que as aspirações liberais já existiam antes dele chegar ao poder, e este foi apenas o porta voz da oligarquia baiana-nacional, o que nos leva a crer que o carlismo se define como um projeto de hegemonia burguesa que se consolidou no cenário político baiano.

REFERÊNCIAS

- DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Carlismo: Passado, presente e futuro**, 2007, disponível em <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/Carlismopaulofabio.pdf> - acesso em 29/11/2011.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. **“SURF” NAS ONDAS DO TEMPO**”: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista, 2003.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocrítica e carisma** :/ a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-19740. Rio de Janeiro, RJ: Rio de Janeiro: Ed. UFMG; IUPERJ, 2006.
- RUBIM, Antonio Canelas. **ACM: PODER, MÍDIA E POLÍTICA**, disponível em <http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Albino2001.pdf> - acesso em 30/11/2011.
- SILVA, Antonia Almeida. **As políticas públicas para a educação básica nos anos 90: propostas e ações nas gestões de Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto (1991-1998).** / Antonia Almeida Silva; orientadora Sandra Maria Zákia Lian Souza. São Paulo, 2007.